

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP EXE Nº 004/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE – REGISTRO DE PREÇO

O Município de Caçu, Estado de Goiás, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará licitação na modalidade PREGÃO na forma ELETRÔNICA, tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril 2021](#), e demais legislação aplicável, e de acordo com as normas e condições fixadas neste instrumento, destinado ao Registro de Preços para eventual e futura **contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra em regime de execução indireta, destinada à prestação de serviços de manutenção predial, manutenção urbana, manutenção de áreas verdes, terraplenagem, transporte, pavimentação e operação tapa-buracos, a serem executados de forma eventual, intermitente e sob demanda, em prédios públicos, praças, canteiros centrais, estádio municipal e vias urbanas do Município de Caçu/GO, pelo período de 12 meses**, demais condições constantes no ANEXO I deste edital os seus Anexos, conforme cronograma abaixo:

12/02/2026	INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS NO SITE (https://www.licitanet.com.br/)
04/03/2026 às 08:h59min	FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS (https://www.licitanet.com.br/)
04/03/2026 às 09:h00min	ABERTURA E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS (https://www.licitanet.com.br/)
Tão logo encerrada a abertura e avaliação das propostas.	ABERTURA E DISPUTA DE LANCES (https://www.licitanet.com.br/)

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

LOCAL DOS EVENTOS SUPRA: Na empresa LICITANET – Licitações On-line atua como Órgão provedor do Sistema Eletrônico. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília/DF.

Modo de Disputa: Aberto

Tempo de duração: 10 minutos para aberto

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através do Sistema de Pregão Eletrônico (licitações) da LICITANET – Licitações On-line. A utilização do

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

sistema de pregão eletrônico da Bolsa Brasileira de Mercadorias está consubstanciada no Decreto nº 10.035, de 1º de outubro de 2019.

Os trabalhos serão conduzidos pela Pregoeira mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo “LICITANET – Licitações On-line” constante na página da internet. (<https://www.licitanet.com.br/>).

Os esclarecimentos e as informações necessárias aos licitantes serão prestados nos seguintes endereços eletrônicos:

1. Na plataforma do Licitanet <https://www.licitanet.com.br/>
2. No link <https://acessoainformacao.cacu.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes>
3. No endereço de e-mail licitacao@cacu.go.gov.br
4. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

O fornecedor deverá observar as datas e os horários limites previstos no presente edital para o credenciamento junto ao provedor do sistema para participação da licitação, bem como cadastramento e a abertura da proposta, atentando também para a data e horário para início da disputa.

O fornecimento do edital será preferencialmente através do Site <https://www.licitanet.com.br/> e no link <https://acessoainformacao.cacu.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes> independentemente de qualquer pagamento.

A apresentação das propostas pressupõe conhecimento de todos os dados e informações necessários ao seu preparo e a aceitação das condições estipuladas nesta Licitação.

O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 100,00 (cem reais)**.

O encaminhamento da proposta poderá ocorrer até o dia **04/03/2026** no horário limite de início da sessão pública. Durante esse período, o licitante poderá incluir ou excluir sua proposta.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta licitação é o registro de preços para eventual e futura **contratação de empresa especializada para fornecimento de mão de obra em regime de execução indireta, destinada à prestação de serviços de manutenção predial, manutenção urbana, manutenção de áreas verdes, terraplenagem, transporte, pavimentação e operação tapa-buracos, a serem executados de forma eventual, intermitente e sob demanda, em prédios públicos, praças, canteiros centrais, estádio municipal e vias urbanas do Município de Caçu/GO, pelo período de 12 meses**, conforme Termo de Referência, constante do ANEXO I.

1.2. O Município não estará obrigado a adquirir os objetos constantes deste Registro de Preços, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada não apenas pelos órgãos da Prefeitura Municipal de Caçu, mas também por qualquer outro órgão da Administração Pública que manifestar interesse junto ao Órgão Gerenciador.

1.3.1. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

1.3.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

1.4. Os proponentes deverão apresentar proposta com preço unitário em Reais. No valor deverão estar incluídas a carga tributária, o frete, carga, descarga, segura e todas as despesas incidentes, que correrão à conta do licitante.

1.5. O valor unitário estimado para cada item consta no Termo de Referência, anexo I deste Edital.

1.6. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no site <https://www.licitanet.com.br/> e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão às últimas.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar desta licitação, toda e qualquer empresa interessada do ramo pertinente ao objeto desta licitação que atenderem a todas as exigências constantes deste instrumento, nos termos da LC 123/00, e que estejam previamente credenciadas na plataforma www.licitanet.com.br.

2.2. O Licitante deverá informar em campo próprio da plataforma LICITANET - Licitações online a condição da empresa caso ela seja ME/EPP.

2.3. Não poderá participar da licitação a empresa que estiver sob falência, concordata, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da Administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal, que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da Administração municipal, estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCUPlenário).

2.4. Será permitida a participação de pessoa jurídica em consórcio, integrado por no máximo 2 (duas) empresas, observadas, sem prejuízo ao disposto no artigo 15 da Lei 14.133/2021, as seguintes normas:

- a) comprovação do compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa responsável pelo consórcio que deverá atender às condições de liderança, fixadas no edital;
- c) apresentação dos documentos exigidos no edital, por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, podendo a Administração estabelecer, para o consórcio, um acréscimo de até 30% (trinta por cento) dos valores exigidos para licitante individual, inexigível este acréscimo para os consórcios compostos, em sua totalidade, por micro e pequenas empresas assim definidas em lei;
- d) impedimento de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, através de mais de um consórcio ou isoladamente;
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato;
- f) no consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá, obrigatoriamente, à empresa brasileira, observado o disposto no subitem “b” do item 4.3.1;
- g) O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do art. 15, § 3º da Lei 14.133/21, bem como do compromisso referido no subitem “a” do item 4.3.1.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

2.4.1. A pessoa jurídica ou consórcio deverá assumir inteira responsabilidade pela inexistência de fatos que possam impedir a sua habilitação na presente licitação e, ainda, pela autenticidade de todos os documentos que forem apresentados.

2.4.2. Os consorciados deverão comprometer-se a apresentar, antes da assinatura do contrato referente a esta licitação, o instrumento de constituição do consórcio, aprovado por quem tenha competência em cada uma das empresas para autorizar a alienação de bens do ativo fixo, e registrado no órgão oficial competente. Dito instrumento deverá observar, além dos dispositivos legais e da cláusula de responsabilidade solidária, as cláusulas deste edital.

2.4.3. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto desta licitação, até seu recebimento definitivo.

2.4.4. Os consorciados deverão apresentar compromisso de que não alterarão a constituição ou composição do consórcio, sem prévia autorização da Contratante, visando manter válidas as premissas que asseguraram a habilitação do consórcio original.

2.4.5. Os consorciados deverão apresentar compromissos de que não se constituem nem se constituirão, para fins do consórcio, em pessoa jurídica e de que o consórcio não adotará denominação própria, diferente da de seus integrantes.

2.5. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo da licitante, que pagará a LICITANET – Licitações On-line, provedora do Sistema Eletrônico, o equivalente aos custos pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, consoante tabela fornecida/emitida pela entidade.

2.6. As licitantes poderão optar pelo credenciamento por intermédio de corretoras associadas ou diretamente no site da bolsa.

2.7. A participação no certame implica a aceitação de todas as condições estabelecidas neste instrumento convocatório.

3. DO PROCEDIMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O presente certame licitatório é destinado ao registro de preços e não obriga o Município de Caçu a firmar contratações, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição de um ou mais itens/lote, ficando assegurado ao detentor do registro à preferência de fornecimento, em igualdade de condições, em caso de menor preço.

3.2. Ao licitante vencedor do item, fica assegurada a preferência em igualdade de condições com os demais licitantes ocorrentes em futuros certames ou mediante utilização de quaisquer outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações durante o prazo de validade do registro de preços.

3.3. O Sistema de Registro de Preços (SRP) é um conjunto de procedimentos para o registro formal de preços relativos à eventual e futura aquisição de objetos.

3.4. A Ata de Registro de Preços (ARP) é um documento vinculativo, obrigacional, com as condições de compromisso de futura contratação em que se registram os preços, especificações técnicas, fornecedores e órgãos participantes, conforme as disposições contidas neste instrumento convocatório e nas respectivas propostas aduzidas.

3.5. Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública, responsável pela condução do conjunto de procedimentos do presente certame licitatório, bem como pelo gerenciamento da futura Ata de Registro de Preços.

3.6. Órgão Participante é todo órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais da presente licitação para Registro de Preços, bem como integre a futura Ata de Registro de Preços.

3.7. O Órgão Gerenciador do presente ARP será a própria Prefeitura Municipal de Caçu, através da Secretaria Municipal de Requisitante.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3.8. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da ata de registro de preços podendo ser prorrogado nos termos artigo 84, da lei nº 14.133/21, desde de que comprovada a vantajosidade do preço.

3.9. Homologado o resultado da licitação, o Setor de Licitações e Contratos, respeitada à ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os particulares para assinatura da ARP, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis, a qual constitui compromisso formal de fornecimento nas condições estabelecidas.

3.10. A contratação do fornecedor com preços registrados, após a expedição da Ordem de Fornecimento, será formalizada, por intermédio de instrumento contratual, nos termos do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. A emissão de ordem de fornecimento dependerá de declaração expressa de existência de recursos financeiros pela Secretaria Municipal de Fazenda.

3.11. A Ata de Registro de Preços será formalizada, observando-se as disposições do Decreto Municipal nº 494/2021.

3.12. Para o julgamento das propostas, será considerada vencedora a proposta da licitante que ofertar o **MENOR PREÇO POR LOTE**.

3.13. Os interessados em participar deste Pregão poderão examinar e adquirir o respectivo edital no Setor de Licitações e Contratos, situado na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Manoel Franco, nº 695, Bairro Morada dos Sonhos, das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou nos links: <https://acessoainformacao.cacu.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes> OU <https://www.licitanet.com.br/>.

3.14. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada, não apenas pelos órgãos da Prefeitura Municipal de Caçu, mas também por qualquer outro órgão da Administração Pública que manifestar interesse junto ao Órgão Gerenciador, nos termos do Decreto Municipal 494/2021.

3.14.1. Os órgãos e entidades que não participarem do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverá manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecidos a ordem de classificação.

3.14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não da prestação de serviços, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que esta prestação não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

4.1. Até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou impugnar o ato convocatório deste pregão eletrônico, o requerimento deverá ser acompanhado **de registro comercial, no caso de empresa individual, ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, com documentos pessoais dos integrantes do quadro administrativo de representação da licitante**. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição interposta, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da ata de recebimento da impugnação ou pedido de esclarecimento, limitando ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.1. Caso seja acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

4.2. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública do pregão eletrônico, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.3. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório.

4.4. Não será aceita em hipótese alguma petição contra o ato convocatório sem assinatura do responsável legal ou preposto da empresa.

4.5. O pedido de impugnação, bem como a sua decisão, deverão ser no sistema, antes da data e horários previstos para abertura da sessão pública e estarão disponíveis no site <https://www.licitanet.com.br/>, para consulta dos fornecedores e da sociedade.

5. DO REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

5.1. O certame será conduzido pelo pregoeiro, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

5.1.1. Verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos no edital;

5.1.2. Coordenar a sessão pública e o envio de lances;

5.1.3. Verificar e julgar as condições de habilitação;

5.1.4. Sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica;

5.1.5. Receber, examinar e decidir os recursos e encaminhá-los à autoridade competente quando mantiver sua decisão;

5.1.6. Indicar o vencedor do certame;

5.1.7. Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;

5.1.8. Conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e

5.1.9. Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente e propor a sua homologação.

6. DO CREDENCIAMENTO DO LICITANTE NO PORTAL LICITANET

6.1. Os procedimentos para credenciamento e obtenção da chave e senha de acesso poderão ser iniciados diretamente no site de licitações no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, acesso “credenciamento – licitantes (fornecedores)”.

6.2. As dúvidas e esclarecimentos sobre credenciamento no sistema eletrônico poderão ser dirimidas através da central de atendimento aos licitantes, por telefone, WhatsApp, Chat ou e-mail, disponíveis no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2.1. Qualquer dúvida dos interessados em relação ao acesso no sistema LICITANET - Licitações online poderá ser esclarecida através dos canais de atendimento da Bolsa Brasileira de Mercadorias, de segunda a sexta-feira, das 8:00 às 18:00 horas (horário de Brasília) através dos canais informados no site <https://www.licitanet.com.br/>.

6.2.2. As informações complementares para credenciamento poderão ser obtidas pelos telefones: (34) 3014-6633, (34) 99678-7950 e (34) 99807-6633 ou pelo e-mail contato@licitanet.com.br.

7. DA PARTICIPAÇÃO/PROPOSTAS/LANCES

7.1. A participação no certame dar-se-á por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços (sem qualquer informação que identifique o licitante) por meio do sistema eletrônico no sítio <https://www.licitanet.com.br/>, opção "Login" opção "Licitação Pública" "Sala de Negociação".

7.1.1. As propostas de preço deverão ser encaminhadas eletronicamente até a data e horário definidos, conforme indicação neste edital.

7.2. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.3. Caso haja desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances,

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

7.3.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após reagendamento/comunicação expressa aos participantes via “chat” do sistema eletrônico, onde será designado novo horário para a continuidade da sessão.

7.4. Caso exista a necessidade de ser suspenso o pregão, tendo em vista a quantidade de itens, o pregoeiro designará novo horário ou, se necessário, novo dia, para a continuidade do certame.

7.5. O andamento do procedimento de licitação entre a data de abertura das propostas e a adjudicação do objeto deve ser acompanhado pelos participantes por meio do portal “<https://www.licitanet.com.br/>”, que veiculará avisos, convocações, desclassificações de licitantes, justificativas e outras decisões referentes ao procedimento.

8. DA PROPOSTA DE PREÇOS

8.1. O encaminhamento de proposta pressupõe também pleno conhecimento e atendimento de todas as exigências contidas no edital e seus anexos. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

8.2. As propostas encaminhadas terão prazo de validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados da data da sessão de abertura desta licitação, conforme disposição legal.

8.2.1. Ao apresentar sua proposta o licitante concorda especificamente com as seguintes condições:

8.2.1.1. Os objetos ofertados deverão atender a todas as especificações constantes deste Edital e Termo de Referência.

8.2.1.2. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico com o VALOR TOTAL do lote OU VALOR UNITÁRIO.

8.3. Ao encaminhar a proposta de preços na forma prevista pelo sistema eletrônico, a licitante deverá preencher os campos apropriados do sistema da LICITANET, SENDO VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE POR QUALQUER MEIO.

8.3.1. Verificar a condição da empresa caso ela seja ME/EPP e informar em campo próprio da plataforma LICITANET - Licitações online.

8.3.2. O licitante deverá apresentar a PROPOSTA (sem elementos que o identifique).

8.4. Os preços deverão ser cotados em moeda corrente nacional e preenchidos no campo apropriado do sistema eletrônico e neles deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas, tais como frete, encargos sociais, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes sobre os serviços licitados.

9. DA ABERTURA DA SESSÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

9.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

9.1.1. O(A) Pregoeiro(a) pode suspender a sessão para visualizar e analisar preliminarmente as propostas ofertadas, inseridas no sistema eletrônico, confrontando as características com as exigências do edital e seus anexos, podendo desclassificar, de forma justificada, aquelas que não atendam as conformidades, sejam omissas ou apresente irregularidades insanáveis.

9.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

9.2.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

9.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

9.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

9.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

9.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

9.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do ITEM.

9.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

9.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 100,00 (cem reais)**.

9.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15s (quinze segundos) após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

9.11. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

9.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

9.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 min (dez minutos) e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

9.12.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de 02 min (dois minutos) e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

9.12.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

9.12.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

9.12.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

9.13. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

9.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

9.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

24 hs (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no *Site* eletrônico utilizado para divulgação.

9.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

9.19. Em relação a itens/lotes não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, identificado, conforme assinalado no campo do sistema LICITANET o porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

9.19.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

9.19.2. A mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 05 min (cinco minutos) controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

9.19.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

9.19.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

9.20.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

9.20.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.20.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.20.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.20.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

9.20.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.20.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize; 9.20.2.2. empresas brasileiras;

9.20.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.20.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

9.21.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

9.21.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de 02 hs (duas horas), envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

9.21.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

9.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

10. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

10.1. A partir da data e horário definidos para abertura do presente certame, em conformidade com o estabelecido neste Edital, o Pregoeiro abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas neste edital.

10.2. O licitante deverá incluir sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- a) Valor unitário e total dos itens/lotos;
- b) Marca/Modelo, (quando for o caso);
- c) Fabricante, (quando for o caso);
- d) Descrição detalhada do objeto, indicando, além das especificações técnicas, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente (quando for o caso);

10.2.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.3. Serão desclassificadas as propostas que:

I – contiverem vícios insanáveis;

II – não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;

III – apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

IV – não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

V – apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

10.3.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

10.3.2. Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV.

10.4. AS LICITANTES DEVERÃO MANTER A IMPESSOALIDADE, NÃO SE IDENTIFICANDO, SOB PENA DE SEREM DESCLASSIFICADAS DO CERTAME PELO PREGOEIRO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

10.5. Em seguida ocorrerá o início da etapa de lances, via Internet, única e exclusivamente, no site www.licitanet.com.br, conforme Edital.

10.6. O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de "menor preço", podendo encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor por LOTE, para que seja obtido preço melhor, bem assim decidir sobre sua aceitação, observados os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e demais condições definidas neste edital.

10.7. Após o encerramento da sessão de disputa e estando o valor da melhor proposta acima do valor de referência, o pregoeiro negociará a redução do preço com o seu detentor.

10.8. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e ordenadas as ofertas, o pregoeiro comprovará a regularidade de situação do autor da melhor proposta, avaliada na forma da Lei 14.133/2021. O pregoeiro verificará, também, o cumprimento das demais exigências para habilitação.

10.8.1. No caso de desclassificação do licitante arrematante, o novo licitante convocado deverá apresentar documentação e proposta nos mesmos prazos previstos neste edital a contar da convocação pelo pregoeiro através do chat de mensagens.

10.8.2. A inobservância aos prazos elencados neste edital, ou ainda o envio dos documentos de habilitação e da proposta de preços em desconformidade com o disposto neste edital ensejará a inabilitação do licitante e consequente desclassificação no certame, salvo motivo devidamente justificado e aceito pelo pregoeiro.

10.9. Se a proposta ou lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

10.10. Considera-se inaceitável, para todos os fins aqui dispostos, a proposta que não atender as exigências fixadas neste Edital.

10.11. Havendo lances no tempo de disputa da sessão pública, a proposta final de preços do licitante detentor da melhor oferta deverá ter seus valores unitários e totais ajustados de forma que os preços de cada um dos itens não resultem, após os ajustes, inexequíveis ou superfaturados.

10.12. A PROPOSTA FINAL/REAJUSTADA/REALINHADA A SER ANEXADA EM CAMPO PRÓPRIO NO SISTEMA ELETRÔNICO DEVERÁ SEGUIR O (ANEXO III) DO EDITAL, ATENDENDO TODAS AS EXIGÊNCIAS.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Franqueada vista aos interessados e decorrido o prazo de 30 (trinta) minutos, será aberto o prazo para manifestação da intenção de interposição de recurso.

11.3. O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro dos prazos estabelecidos acarretará a desclassificação e/ou inabilitação da licitante, bem como as sanções previstas neste Edital, podendo o pregoeiro convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

11.4. A empresa participante e seu representante legal são responsáveis pela autenticidade e veracidade dos documentos enviados eletronicamente.

11.5. A empresa detentora da proposta de menor preço deverá apresentar os seguintes documentos comprobatórios de habilitação e qualificação:

11.5.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) **registro comercial, no caso de empresa individual;**

b) ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor acompanhado da última alteração, se houver, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores, devendo o objeto social ser compatível com o objeto da licitação;

b.1) em se tratando de alteração consolidada, esta deverá conter todas as cláusulas atribuídas por lei, em vigor, neste caso não será necessária a apresentação do primeiro contrato social.

b.1.1) se a alteração consolidada encontrar-se desatualizada, o interessado deverá juntar, além desta, as modificações posteriores.

b.1.2) em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

c) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) **documentos pessoais dos integrantes do quadro administrativo de representação da licitante;**

OBS.: Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.5.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do **CNPJ**;

b) Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou a sede do licitante, quando couber;

c) Prova de regularidade para com as **Fazendas Federal** (certidão conjunta de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da união), **Estadual e Municipal**, esta última da sede da proponente;

d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - **FGTS**, através de Certificado de Regularidade Fiscal emitido pela Caixa Econômica Federal - CEF;

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT.

11.5.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

a) **Certidão Negativa de Falência da pessoa jurídica**, expedida pelo cartório distribuidor (Fórum) ou extraída do sítio eletrônico do Poder Judiciário, **da sede do licitante**, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias.

a.1) Caso o licitante tenha interesse, poderá apresentar a Certidão Judicial Cível de 1ª instância, extraída do sítio eletrônico do Tribunal de Justiça, do qual conste a ausência de distribuição de ação cível falimentar em substituição à Certidão Negativa de Falência prevista na alínea "a".

a.2) Caso a certidão de falência conste como positiva, a empresa deverá apresentar certidão de objeto e pé comprovando o estado em que o procedimento judicial se encontra, especialmente para fins de comprovação da não ocorrência do trânsito em julgado.

11.5.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Atestado de capacidade técnica – Atestado que comprove ter o licitante fornecido satisfatoriamente os produtos pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.
- b) Registro da empresa ao órgão competente, com jurisdição sobre o domicílio da sede da licitante (empresa), atualizado.
- d) Declaração de instalação futura de escritório regional da licitante na cidade de Caçu-GO, para fins de registros e administração da mão de obra terceirizada, qual deverá ser instalada no prazo máximo de dez dias após emissão da ordem de fornecimento.

11.5.5. DEMAIS DOCUMENTOS

a) Declaração conjunta **Anexo II** expressa, de que o licitante:

(a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);

(b) atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei (inciso I do Art. 63 da Lei 14.133/2021);

(c) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;

(d) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

(e) declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021);

(f) declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, (§1º do Art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021).

b) Declaração conjunta **Anexo III** expressa, de que o licitante

a) Se a licitante participante for Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP deverá apresentar também a Certidão expedida pela Junta Comercial comprovando a sua inscrição, de Microempreendedor Individual - CCMEI, conforme art. 13 da Instrução Normativa nº 20 do DREI ou a Declaração de Microempreendedor Individual.

b) Se o licitante participante for Microempreendedor Individual deverá apresentar o Certificado da Condição caso queira usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 ou a Declaração de Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP.

11.6. Os documentos que não tiverem data de validade serão considerados válidos se emitidos nos 60 (sessenta) dias anteriores à data da entrega dos envelopes, COM EXCEÇÃO DOS SEGUINTE DOCUMENTOS: CNPJ, prova de inscrição no cadastro dos contribuintes municipal e/ou estadual, os comprovatórios da habilitação jurídica, ou quando for o caso.

11.7. Às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte serão aplicadas as disposições da Lei Complementar nº 123/06.

11.8.1. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

11.8.2. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte e, uma vez constatada a existência de alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresas ou de empresas de pequeno porte que tenham formalizado solicitação para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal 123/06, alterada pelas Leis 147/14 e 155/16, será assegurado às mesmas empresas o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for adjudicado vencedor do certame e/ou comunicado pelo pregoeiro, prorrogáveis por igual período - a critério único dessa Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e apresentação de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

11.8.3 - A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 90, §5º, da Lei Federal 14133/21, sendo facultado ao Município de Caçu convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou anular a licitação.

11.9. A habilitação será verificada através do HABILITANET, nos documentos por ele abrangidos.

11.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

11.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

11.11. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no HABILITANET serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

11.11.2. Na hipótese da Administração optar os licitantes deverão encaminhar, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto.

11.12. A verificação no HABILITANET ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

11.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

11.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

11.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

11.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e 11.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

11.14. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 11.11.

11.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

11.17. Todas as declarações assinadas pelos proponentes deverão observar a necessidade de comprovar serem seus subscritores representantes legais da empresa, caso tais comprovações já não tenham sido apresentadas anteriormente neste processo licitatório.

11.18. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/06, alterada pelas Leis 147/14 e 155/16, caracterizará o crime de que trata o art. 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras penalidades cabíveis.

11.19. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

11.20. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital o licitante será declarado provisoriamente em primeiro lugar.

12. DOS RECURSOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

12.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

12.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

12.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

13.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

13.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que acarrete na anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

13.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

13.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

13.3. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor pela autoridade competente, após a regular decisão de eventuais recursos apresentados.

14.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

01.57.15.122.0630.2.015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

01.57.15.452.0630.2.003 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

01.57.15.452.0630.2.016 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

16. DAS CONTRATAÇÕES

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

16.1. A contratação será representada pelo contrato, Nota de Empenho (NE) ou pela Ordem de Fornecimento, nos termos do disposto no art. 95 da Lei n.º 14.133/2021. A emissão de ordem de fornecimento dependerá de declaração expressa de existência de recursos financeiros pela Secretaria Municipal de Fazenda.

16.2. Os fornecedores incluídos na ata de registro de preços serão obrigados a retirar as Notas de Empenhos ou as Ordens de Fornecimentos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

16.3. Para instruir a formalização da Nota de Empenho, a Contratada deverá providenciar e encaminhar ao órgão contratante, juntamente com a Nota Fiscal, as Certidões Negativas de Débitos relativas a Contribuições Previdenciárias ou Certidões Positivas com efeitos de Negativa e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) ou com efeito equivalente.

16.4. É facultado ao Município, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços, termo de contrato ou não aceitar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, pela ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas ao primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório.

16.5. Quando o primeiro fornecedor registrado atingir respectivamente o seu limite de fornecimento, devidamente justificado, a Administração, poderá adquirir do segundo colocado e, assim, sucessivamente.

16.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data da apresentação das propostas, sem a comunicação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

16.7. Correrão por conta da licitante vencedora às despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução do contrato.

16.8. A contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir, reformar, ou substituir, as caçambas e/ou quaisquer outros itens utilizados na prestação do serviço especificado no total ou em parte junto ao objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

16.9. A contratada fica responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

16.10. A contratada fica responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

16.11. A Contratada deverá manter durante toda a vigência da ata, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei neste Termo de Referência.

16.12. Referidos serviços/produtos deverão guardar estrita observância às exigências técnicas definidas por esta Secretaria, assim como o atendimento integral das normas pertinentes emitidas pelos órgãos dos governos (municipal, estadual e/ou federal) responsáveis pelo controle do meio ambiente.

16.13. Fornecer o serviço na forma preceituada pelo edital de licitação, no local determinado e de acordo com as especificações e prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

16.14. Assegurar a qualidade dos serviços/produtos fornecido.

16.15. Emitir Notas Fiscais/Faturas dos fornecimentos efetuados, em nome da Prefeitura Municipal de Caçu - Goiás, onde deverá constar o nome do banco, agência e conta corrente e apresentá-lo à unidade solicitante, sendo que o atraso na entrega dos documentos de cobrança implicará na prorrogação do vencimento tantos quantos forem os dias de atraso de envio.

16.16. Sujeitar-se à fiscalização da contratante, através de funcionário por ele credenciado.

16.17. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo fornecer novas certidões fiscais, sempre que as existentes no processo se tornarem inválidas.

16.18. Arcar com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometidas por seus empregados, contratados ou prepostos, envolvidos na execução do fornecimento do objeto.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

16.19. Responsabilizar-se, com foros de exclusividade, pela observância a todas as normas estatuídas pela legislação fiscal, comercial, trabalhista, social, previdenciária civil, tanto no que se refere a seus empregados, como a contratados e prepostos, responsabilizando-se, mais, por toda e qualquer autuação e condenação oriunda da eventual inobservância das normas em referência, a contratada obriga-se a ressarcir-lo do respectivo desembolso, na forma do art. 70, III, do Código do Processo Civil.

17. DA REVOGAÇÃO E OU ANULAÇÃO DO CERTAME

17.1. A Administração, observadas razões de conveniência e oportunidade, devidamente justificadas, poderá revogar a qualquer momento o presente procedimento ou declarar a sua nulidade por motivo de ilegalidade, mediante despacho fundamentado.

17.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação ou revogação deste procedimento licitatório.

18. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FORNECIMENTO

18.1. A execução dos serviços poderá iniciar imediatamente após a assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração.

18.2. A contratada deverá disponibilizar os profissionais das funções contratadas conforme as necessidades da Secretaria demandante, observadas as ordens de serviço emitidas por servidor formalmente autorizado.

18.3. A apresentação dos profissionais deverá ocorrer em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, salvo prazo diverso definido pela Administração em razão de urgência ou peculiaridade do serviço.

18.4. Os serviços objeto da presente contratação destinam-se ao atendimento das demandas de manutenção, conservação e apoio operacional em bens e espaços públicos do Município de Caçu/GO, podendo ser executados, de forma indicativa e não exaustiva, nos seguintes locais:

- Prédios administrativos municipais
- Unidades de saúde
- Unidades escolares, CMEIs e creches
- Praças, parques, jardins e demais áreas verdes
- Cemitérios municipais
- Garagens, pátios, oficinas e almoxarifados
- Vias urbanas, estradas vicinais e obras de infraestrutura
- Demais bens públicos sob responsabilidade da Administração Municipal

18.4.1. A relação acima possui caráter meramente exemplificativo, podendo os serviços ser executados em outros locais vinculados ao interesse público municipal, conforme necessidade da Administração e dentro das atribuições de cada função contratada.

18.5. Os serviços serão executados de forma PARCELADA E SOB DEMANDA, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação formal que indicará as funções, os quantitativos de profissionais, os locais de atuação e o período estimado de mobilização.

18.5.1. Os profissionais poderão ser alocados em diferentes frentes de serviço, unidades ou localidades do Município, conforme planejamento da Administração, respeitadas as atribuições da função e a qualificação exigida.

18.5.2. A prestação dos serviços ocorrerá sob gestão administrativa da contratada, cabendo à Administração a fiscalização do contrato e a definição das demandas operacionais, NÃO SE CONFIGURANDO SUBORDINAÇÃO DIRETA NEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO entre os trabalhadores da contratada e o Município.

18.5.3. É vedado o desvio de função, devendo cada profissional executar exclusivamente as atividades compatíveis com a função para a qual foi designado.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

18.6 A jornada de trabalho dos profissionais será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para os profissionais efetivamente mobilizados, em regime predominantemente diurno, assim distribuída:

- Segunda a sexta-feira: das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00
- Sábado: das 07h00 às 11h00

18.6.1 Os horários poderão ser ajustados pela Administração, de forma excepcional e justificada, para atendimento de demandas específicas, respeitada a carga horária semanal, a legislação trabalhista e as normas coletivas da categoria.

18.6.2 Eventuais serviços extraordinários somente poderão ocorrer mediante prévia autorização da Administração e deverão observar a legislação trabalhista, convenções coletivas e os custos previstos na planilha de formação de preços.

18.6.3 O controle de frequência dos profissionais será de responsabilidade da contratada, por meio de sistema idôneo de registro de ponto, devendo os relatórios permanecer disponíveis à fiscalização sempre que solicitados.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado mensalmente devendo ser efetuado em até 10 (dez) dias do mês subsequente, após a medição e o aceite dos serviços pela fiscalização do contrato, mediante apresentação de nota fiscal acompanhada dos relatórios de medição detalhados, a ser protocolada e aceita a NF no departamento de compras da Prefeitura de Caçu.

19.2. A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débito relativa a débitos previdenciários ou Certidão Positiva com efeitos Negativa de Débitos Previdenciários e CRF do FGTS, atualizados.

19.2.1. Não incidirão juros de mora ou correção monetária se a Contratada der causa para que o pagamento não possa ser realizado pela Administração.

19.2.2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, esses serão restituídos a licitante vencedora para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

19.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

19.4. Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

19.5. Tratando-se de consórcio, o pagamento será efetuado em Banco, Agência e Conta em nome e CNPJ deste, bem como na Nota Fiscal constará os dados do Consórcio, e o percentual de cada empresa consorciada, conforme discriminado no Ato Constitutivo.

19.6. Qualquer erro ou omissão, ocorridos na documentação fiscal enquanto não solucionado pela CONTRATADA ensejará a suspensão do pagamento.

19.7. A Prefeitura Municipal de Caçu - GO reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes da contratação.

20. DO REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

20.1. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro no contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o fornecedor contratado em hipótese alguma poderá paralisar o fornecimento.

20.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de fato que eleve o custo do bem registrado, cabendo ao gestor de contrato e ao fiscal promoverem as negociações junto aos fornecedores.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

20.3. Quando o preço registrado se tornar, por motivo superveniente, superior ao preço praticado no mercado, o gestor de contrato e fiscal convocarão os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

20.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o gestor de contrato e o fiscal poderão: I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e sem a aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

20.4.1. Não havendo êxito nas negociações, o gestor de contrato e o fiscal deverão requerer a revogação do instrumento legal, caso em que se adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21. DAS PENALIDADES

21.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Município de Caçu e será descredenciado no Cadastro de Fornecedores do Município de Caçu, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

21.1.1. Não assinar o termo de contrato ou a ata de registro de preços, quando cabível;

21.1.2. Não entregar a documentação exigida no edital;

21.1.3. Apresentar documentação falsa;

21.1.4. Causar o atraso na execução do objeto;

21.1.5. Não mantiver a proposta;

21.1.6. Falhar na execução do contrato;

21.1.7. Fraudar a execução do contrato;

21.1.8. Comportar-se de modo inidôneo;

21.1.9. Declarar informações falsas; e

21.1.10. Cometer fraude fiscal.

21.2. Aplicam-se as sanções previstas no item acima a todos os licitantes que forem porventura convocados durante a licitação e deixar de atender o solicitado.

21.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

21.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

21.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

a) Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso/recusa, até o decimo dia, na entrega do material/produto/serviços, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega de material/produto encaminhada pela Administração;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de mora por inexecução parcial do objeto contrato, recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação oficial;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inadimplência total;

21.4.2. Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Município de Caçu, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

21.4.3. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

21.4.4. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo determinado no art. 156, da lei nº 14.133/21 - 03 (três) até 06 (seis) anos;

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

21.4.5. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

21.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

21.6. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, o Município poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

21.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

21.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores do Município e no SICAF.

22. DAS RESPONSABILIDADES

22.1. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRATADA:

22.1.1. Executar integralmente os serviços contratados, com disponibilização de profissionais nas funções previstas neste Termo de Referência, a partir do início da vigência do Contrato/Ata e conforme as ordens de serviço emitidas pela Administração.

22.1.2. Disponibilizar profissionais nas funções requisitadas, em quantitativos compatíveis com cada demanda, somente durante o período de mobilização solicitado, não havendo obrigação de manutenção de equipe permanente à disposição do Município.

22.1.3. Cumprir todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho relativas à execução contratual.

22.1.4. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes expedidas pelo Poder Público.

22.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização da Contratante, nos termos constantes do contrato/Ata.

22.1.6. A Contratada obriga-se a prestar os serviços, nas mesmas condições e com o mesmo desconto, durante todo o prazo de validade do contrato/Ata, no local e na quantidade especificada na Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento correspondente.

22.1.7. Manter profissional(is) com qualificação e experiência compatíveis com as atividades de cada função, responsabilizando-se pela capacitação necessária à execução dos serviços.

22.1.8. Obedecer, rigorosamente, durante a execução do contrato/Ata, às normas brasileiras, às normas de segurança e medicina do trabalho, especialmente à NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

22.1.9. Disponibilizar e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por todos os trabalhadores da Contratada, de acordo com a norma regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e do Emprego - Equipamento de Proteção Individual – EPI.

22.1.10. Deverá comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento dos serviços, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante, em até 48 (quarenta e oito) horas, antes do prazo previsto para a entrega.

22.1.11. A inadimplência das obrigações com encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto licitado.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

22.1.12. Arcar com todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo salários, benefícios, encargos sociais, seguros, uniformes, EPIs, deslocamentos, treinamentos e demais despesas operacionais.

22.1.13. Responder integralmente, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer os seus empregados, terceiros ou ao Município de Caçu, em razão de acidentes, de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de execução dos seus serviços.

22.1.14. Manter durante a execução do Contrato/Ata, todas as condições de habilitação exigidas para contratação na legislação em vigor.

22.1.15. Responsabilizar-se pela substituição imediata de profissionais em caso de faltas, afastamentos legais, férias ou desligamentos, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços.

22.1.16. Substituir, no prazo máximo definido pela Administração, qualquer profissional cuja atuação, conduta ou qualificação seja considerada inadequada pela fiscalização, sem ônus adicional ao Município.

22.1.17. A detentora da Ata/Contrato fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total adjudicada.

22.1.18. Outras obrigações constantes do termo de referência.

22.2. SERÁ DE RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE:

22.2.1. Receber e conferir os serviços quando da entrega pela Contratada.

22.2.2. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento.

22.2.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas por ocasião da assinatura do contrato/Ata.

22.2.4. Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) dos serviços fornecidos pela Contratada para fins de verificação de qualidade.

22.2.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

22.2.6. Notificar a Contratada detentora, por escrito, de eventuais anormalidades de qualquer espécie, para prestar os esclarecimentos necessários e determinar prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

22.2.7. Não aceitar, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

23. DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

23.1. A fiscalização e gestão do fornecimento serão da Secretaria Municipal Requisitante, por intermédio do fiscal e gestor indicado.

23.2. A existência da fiscalização não eximirá a Contratada de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para o fornecimento.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. A simples participação na presente licitação, caracterizada pela inscrição e credenciamento para participar do pregão, implica para a licitante a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor, bem como a integral e incondicional aceitação de todos os termos e condições deste edital e de seus anexos, aos quais se submete; implica, também, no reconhecimento de que este instrumento convocatório e seus anexos caracterizaram perfeitamente o objeto do certame, sendo os mesmos suficientes para a exata compreensão do objeto e para seu perfeito atendimento, não cabendo, posteriormente, o direito a qualquer indenização.

24.2. A fidelidade e legitimidade de todos os documentos, informações e declarações prestadas em atendimento às normas deste instrumento editalício sujeitam-se às penas da lei. A falsidade

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

de qualquer documento ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata desclassificação da licitante que o tiver apresentado; ou, caso tenha sido a vencedora, na rescisão do ajuste, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

24.3. Cada proponente arcará com todos os custos diretos ou indiretos para a preparação e apresentação de sua proposta, independentemente do resultado deste procedimento licitatório.

24.4. As comunicações decorrentes de eventuais recursos, bem como quaisquer outras comunicações poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, dar-se-ão por meio de publicações no link <https://acessoainformacao.cacu.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes> e <https://www.licitanet.com.br/>

24.5. O pregoeiro, se entender conveniente ou necessário, poderá utilizar-se de assessoramento técnico e específico para tomar decisões relativas ao presente certame licitatório, o qual se efetivará através de parecer formal que integrará o respectivo processo.

24.6. As normas disciplinadoras deste pregão serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, observada a igualdade de oportunidades entre as proponentes, sem comprometimento do interesse público, da finalidade e da segurança do procedimento e dos futuros ajustes dele decorrentes.

24.7. Muito embora os documentos estejam apresentados de forma individualizada, todos eles se completam, sendo que cada proponente deverá, para a apresentação de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como eventuais outros documentos, ao se valer do edital e anexos, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento do certame e a formalização da contratação, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

24.8. O pregoeiro conforme o caso poderá, no interesse do Município de Caçu, relevar aspectos puramente formais nas propostas e nos documentos de habilitação apresentados pelas licitantes, desde que não comprometa a lisura e o caráter competitivo desta licitação.

24.9. Reserva-se ao pregoeiro o direito de solicitar, em qualquer época ou oportunidade, informações complementares.

24.10. Dúvida sobre o disposto no presente Edital deverá ser objeto de consulta, dirigida o pregoeiro, no e-mail licitacao@cacu.go.gov.br ou no site <https://www.licitanet.com.br/>.

24.11. No caso de alteração deste Edital no curso do prazo estabelecido para recebimento de propostas de preços e documentos de habilitação, este prazo será reaberto, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

24.12. Os casos omissos serão solucionados diretamente pelo pregoeiro ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público e as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicáveis.

24.13. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas do presente Edital, será competente o juízo da Comarca de Caçu/GO.

24.14. É responsabilidade do Licitante, o acompanhamento de todos os andamentos do presente processo licitatório pelos links: <https://acessoainformacao.cacu.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes> e <https://www.licitanet.com.br/>

24.15. Constituem anexos deste Edital e dele fazendo parte integrante:

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- a) Anexo I - Termo de Referência;
- b) Anexo II - Modelo de Declaração Conjunta;
- c) Anexo III - Modelo de Declaração de Microempreendedor Individual/ ME /EPP;
- d) Anexo IV – Modelo de Proposta;
- e) Anexo V - Minuta de Ata;
- f) Anexo VI – Minuta de Contrato.

Caçu/GO, 05 de fevereiro de 2026.

EULÂNIA SANTOS GUIMARÃES

Agente de Contratação/Pregoeira
Decreto nº 032/2026

ANEXO I

PROTOCOLO Nº 853/2026

DFD (MANUAL)

ETP (MANUAL)

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EM REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, DESTINADA À PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREDIAL, MANUTENÇÃO URBANA, MANUTENÇÃO DE ÁREAS VERDES, TERRAPLENAGEM, TRANSPORTE, PAVIMENTAÇÃO E OPERAÇÃO TAPA-BURACOS, A SEREM EXECUTADOS DE FORMA EVENTUAL, INTERMITENTE E SOB DEMANDA, EM PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS, CANTEIROS CENTRAIS, ESTÁDIO MUNICIPAL E VIAS URBANAS DO MUNICÍPIO DE CAÇU/GO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE DOCUMENTO E EM SEUS ANEXOS.

1.2. O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, pois apresenta padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, em conformidade com o artigo 47 da Lei nº 14.133/2021.

1.3. A presente contratação não se destina à substituição permanente de servidores públicos ou ao preenchimento de postos de trabalho estruturados na administração municipal, mas sim ao atendimento de necessidades operacionais específicas, pontuais e transitórias, que não justificam a ampliação do quadro de pessoal efetivo.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação fundamenta-se na Lei nº 14.133/2021, na Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), no Decreto Federal nº 11.462/2023, e demais legislações aplicáveis, visando atender às necessidades de manutenção da infraestrutura urbana e predial do Município de forma eficiente, econômica e alinhada ao interesse público.

2.2. JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.2.1 A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para o objeto em tela se justifica pela natureza eminentemente EVENTUAL, INTERMITENTE, VARIÁVEL E SAZONAL dos serviços de manutenção. A demanda por tais serviços não se apresenta de forma contínua, linear ou previsível, sendo diretamente influenciada por fatores externos e de difícil mensuração prévia, tais como:

a) Condições Climáticas: Períodos de chuvas intensas demandam ações emergenciais de tapa-buracos, limpeza de bueiros e reparos em vias, enquanto períodos de estiagem intensificam a necessidade de manutenção de áreas verdes e terraplenagem.

b) Desgaste Natural e Uso: O desgaste de prédios públicos, praças e vias urbanas ocorre de forma não uniforme, gerando demandas pontuais e não programadas de reparos em alvenaria, pintura, instalações elétricas e hidráulicas.

c) Eventos e Ocorrências Imprevisíveis: Danos ao patrimônio público decorrentes de acidentes, vandalismo ou outras ocorrências fortuitas exigem respostas rápidas e não passíveis de planejamento fixo.

2.2.2 Diante desse cenário, a formalização de um contrato com quantitativos fixos mensais se mostra antieconômica e ineficiente, pois resultaria em períodos de ociosidade da mão de obra ou, inversamente, na incapacidade de atender a picos de demanda. O SRP, por sua vez, oferece a flexibilidade necessária para acionar as equipes de serviço estritamente quando necessário e na medida da demanda real, em total conformidade com os princípios da economicidade,

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

eficiência e planejamento, evitando o pagamento por serviços não prestados e o risco de descontinuidade administrativa.

2.2.3 Ressalta-se que a presente contratação não se destina à substituição de servidores públicos ou ao preenchimento de postos de trabalho permanentes na estrutura administrativa, mas sim ao atendimento de necessidades operacionais específicas, pontuais e transitórias, que não justificam a ampliação do quadro de pessoal efetivo. A mão de obra será mobilizada para a execução de serviços específicos, com medição e pagamento vinculados a resultados e entregas efetivas, e não à mera disponibilização de pessoal.

2.2.4 A estimativa de quantitativos e valores apresentada neste Termo de Referência representa um TETO MÁXIMO ORÇAMENTÁRIO para o período de vigência da Ata de Registro de Preços, NÃO CONSTITUINDO OBRIGAÇÃO DE CONSUMO OU DE CONTRATAÇÃO INTEGRAL por parte da Administração. A contratação efetiva ocorrerá por meio da emissão de Ordens de Serviço, conforme a necessidade e a disponibilidade orçamentária.

2.3 A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos é responsável pela manutenção dos prédios públicos, equipamentos urbanos, áreas verdes e da malha viária municipal, atividades essenciais à regularidade dos serviços públicos e à segurança da população.

2.4 O Município dispõe de extensa rede de edificações públicas, praças, canteiros centrais, espaços esportivos e vias urbanas que demandam manutenção frequente, tanto preventiva quanto corretiva. Contudo, o quadro próprio de servidores mostra-se insuficiente para atender, de forma plena e tempestiva, ao volume e à diversidade das demandas operacionais existentes.

2.5 Nesse contexto, a contratação de empresa para disponibilização de mão de obra terceirizada torna-se necessária para garantir a adequada conservação do patrimônio público, assegurar condições apropriadas de uso dos espaços públicos, manter a trafegabilidade das vias urbanas e proporcionar maior eficiência na execução das atividades de manutenção. A terceirização permite a alocação de equipes conforme a dinâmica das necessidades da Administração, contribuindo para a racionalização de recursos, melhoria da produtividade e economicidade na prestação dos serviços.

2.6 Destaca-se que a demanda por esses serviços não ocorre de forma uniforme ao longo do ano, sofrendo variações decorrentes de fatores operacionais e climáticos, o que exige flexibilidade na mobilização da mão de obra.

2.7 A disponibilização de profissionais capacitados e com experiência nas atividades demandadas favorece maior agilidade na execução dos serviços, reduz o tempo de resposta às ocorrências de manutenção e evita a descontinuidade de serviços essenciais.

2.8 Como resultado, espera-se a melhoria das condições estruturais dos prédios públicos, a conservação dos espaços urbanos e áreas verdes, a recuperação e manutenção das vias públicas, com impactos diretos na segurança, mobilidade, qualidade de vida da população e na melhoria geral da prestação dos serviços públicos municipais.

2.9 JUSTIFICATIVA DA AUSÊNCIA DE PROJETO BÁSICO

2.9.1 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A ausência de Projeto Básico neste Termo de Referência encontra fundamentação na Lei nº 14.133/2021, que permite a dispensa de Projeto Básico quando a natureza dos serviços não a justificar, desde que o Termo de Referência contenha especificações técnicas suficientes para orientar a execução e a fiscalização do objeto da contratação. Os serviços objeto desta contratação caracterizam-se como serviços comuns, conforme definição do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, ou seja, "aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado", o que justifica plenamente a dispensa de Projeto Básico. Adicionalmente, os serviços enquadram-se na categoria de "serviço comum de engenharia", conforme artigo 6º, inciso XXI, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, que define como "todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens".

2.9.2 NATUREZA DOS SERVIÇOS

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Os serviços objeto desta contratação caracterizam-se como serviços comuns de manutenção, com caráter eventual, intermitente, variável e sazonal, conforme a definição do artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021. A natureza dos serviços, que compreendem manutenção predial, urbana, áreas verdes, terraplenagem e pavimentação, não envolve a execução de obras de engenharia complexas, o que justifica a dispensa do Projeto Básico, com base nos seguintes elementos:

- a) **Caráter Eventual e Intermitente:** Os serviços não se configuram como obras ou empreendimento permanentes, mas sim como atividades pontuais, exigidas conforme demanda operacional, sem continuidade ou previsibilidade. Não constituem "obra" no sentido do artigo 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, que define obra como "toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica na intervenção no solo ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel";
- b) **Variabilidade de Demandas:** As necessidades de manutenção variam conforme fatores externos e imprevisíveis, como as condições climáticas e o desgaste natural dos bens públicos, o que impossibilita a elaboração de um projeto básico único e abrangente. A imprevisibilidade é característica inerente aos serviços eventuais, não deficiência do planejamento;
- c) **Simplicidade Técnica Relativa:** As atividades de manutenção exigem qualificação técnica para a execução, mas não envolvem complexidade que exija projeto estruturado ou cálculos avançados de engenharia. São atividades previstas com base em especificações de mercado e normas consagradas, enquadrando-se perfeitamente na definição de "serviço comum de engenharia" (Art. 6º, XXI, "a");
- d) **Execução Sob Demanda:** O escopo dos serviços será determinado por Ordens de Serviço específicas, que definirão o local, o prazo e as especificações técnicas para cada demanda, funcionando como um instrumento equivalente ao Projeto Básico para fins de definição do objeto.

2.9.3 ALTERNATIVA AO PROJETO BÁSICO

Em substituição ao Projeto Básico, este Termo de Referência apresenta:

- a) **Especificações Técnicas Detalhadas:** Cada função e atividade está descrita com clareza, incluindo equipamentos e materiais necessários, conforme as exigências do serviço (Seção 3.6). As especificações são "usuais de mercado", conforme exigido pelo artigo 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021;
- b) **Critérios Objetivos de Medição:** Definição clara sobre como os serviços serão medidos, aceitos e pagos, conforme a natureza de cada atividade, com base no resultado final da execução (Seção 5.1). Esses critérios permitem a "orientação clara para execução e fiscalização" exigida pelo artigo 23, §2º, da Lei nº 14.133/2021;
- c) **Padrões de Qualidade:** Referência a normas técnicas aplicáveis, especialmente a NR 18 (sobre condições e ambiente de trabalho na indústria da construção) e normas de segurança (Seção 5.1);
- d) **Ordens de Serviço:** As Ordens de Serviço especificarão, de forma clara, o escopo, local, prazo, quantitativos e especificações técnicas de cada demanda, funcionando como equivalente funcional ao Projeto Básico;
- e) **Memória de Cálculo Orçamentária:** O orçamento será fundamentado com base no Sistema de Custos e Orçamentos da GOINFRA, considerando encargos sociais, complementares e BDI, com base no SCO/GOINFRA (Seção 3.1 e 3.2).

2.9.4 CONFORMIDADE COM INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 09/2023 DO TCM-GO

A dispensa de Projeto Básico para serviços de manutenção eventual e sob demanda é amplamente reconhecida pela jurisprudência dos Tribunais de Contas, que entendem ser desnecessária em contratações que envolvem serviços de natureza intermitente e não contínua, como ocorre neste caso. A Instrução Normativa nº 09/2023 do TCM-GO admite a dispensa de Projeto Básico em situações em que a natureza dos serviços não justifique sua elaboração, desde que o Termo de Referência apresente:

- a) Especificações técnicas detalhadas (Seção 3.6);
- b) Critérios objetivos de medição (Seção 5.1);

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

- c) Referências a normas técnicas (NR 18, GOINFRA);
d) Justificativa qualificada (Seção 2.9).

3. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS E PREÇO ESTIMADO

3.1 A estimativa de preços foi elaborada com base no Sistema de Custos e Orçamentos – SCO/GOINFRA, referência oficial para orçamentação de serviços de engenharia, com data-base de outubro/2025, acrescida de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de 25% (vinte e cinco por cento), em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2622/2013-Plenário) e as melhores práticas de engenharia de custos - Regime de contratação: Mensal fechado por função.

3.2 A composição dos custos de mão de obra contempla os salários base das categorias, os encargos sociais obrigatórios e, para TODAS AS FUNÇÕES, os ENCARGOS COMPLEMENTARES (alimentação, equipamentos de proteção individual - EPIs, ferramentas, exames médicos, seguros), garantindo a cobertura integral dos custos do contratado e o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

3.3 LOTE 01 – TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

TABELA GOINFRA: 318 – COM DESONERAÇÃO

Função	Código GOINFRA	Valor/Hora (R\$)	Valor Mensal (R\$)	BDI 25% (R\$)	Valor com BDI (R\$)
Ajudante	20003	22,35	4.917,00	1.229,25	6.146,25
Encarregado de Serviço	20102	-	5.914,86	1.478,72	7.393,58
Motorista de Caminhão	20027	28,10	6.182,00	1.545,50	7.727,50
Operador de Equipamento Leve	20000	26,91	5.920,20	1.480,05	7.400,25
Operador de Equipamento Pesado	20026	40,11	8.824,20	2.206,05	11.030,25

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD DE PESSOAL	PERIODO (MESES)	QTD TOTAL (QTD pessoal x período meses)	VALOR HORA/MÊS TABELA GOINFRA	VALOR TOTAL
1	Ajudante	UND	7	12	84	R\$ 6.146,25	R\$ 516.285,00
2	Encarregado de Serviço	UND	1	12	12	R\$ 7.393,58	R\$ 88.722,96
3	Motorista de Caminhão	UND	1	12	12	R\$ 7.727,50	R\$ 92.730,00
4	Operador de Equipamento Leve	UND	1	12	12	R\$ 7.400,25	R\$ 88.803,00
5	Operador de Equipamento Pesado	UND	1	12	12	R\$ 11.030,25	R\$ 132.363,00
TOTAL LOTE 01							R\$ 918.903,96

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3.4 LOTE 02 – OBRAS CIVIS

TABELA GOINFRA: 321 – COM DESONERAÇÃO

Função	Código GOINFRA	Valor/Hora (R\$)	Valor Mensal (R\$)	BDI 25% (R\$)	Valor com BDI (R\$)
Servente	0005	18,81	4.138,20	1.034,55	5.172,75
Pedreiro	0004	26,67	5.867,40	1.466,85	7.334,25
Pintor	0018	26,71	5.876,20	1.469,05	7.345,25
Marceneiro	0024	26,52	5.834,40	1.458,60	7.293,00
Jardineiro	0019	19,16	4.215,20	1.053,80	5.269,00
Encanador	0011	27,34	6.014,80	1.503,70	7.518,50
Azulejista	0028	26,64	5.860,80	1.465,20	7.326,00
Carpinteiro	0010	26,69	5.871,80	1.467,95	7.339,75
Mestre de Obras	0003	-	11.803,83	2.950,96	14.754,79

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD DE PESSOAL	PERIODO (MESES)	QTD TOTAL (QTD pessoal x período meses)	VALOR HORA/MÊS TABELA GOINFRA	VALOR TOTAL
6	Servente	UND	10	12	120	R\$ 5.172,75	R\$ 620.730,00
7	Pedreiro	UND	10	12	120	R\$ 7.334,25	R\$ 880.110,00
8	Pintor	UND	2	12	24	R\$ 7.345,25	R\$ 176.286,00
9	Marceneiro	UND	1	12	12	R\$ 7.293,00	R\$ 87.516,00
10	Jardineiro	UND	7	12	84	R\$ 5.269,00	R\$ 442.596,00
11	Encanador	UND	1	12	12	R\$ 7.518,50	R\$ 90.222,00
12	Azulejista	UND	1	12	12	R\$ 7.326,00	R\$ 87.912,00
13	Carpinteiro	UND	1	12	12	R\$ 7.339,75	R\$ 88.077,00
14	Mestre de Obras	UND	1	12	12	R\$ 14.754,79	R\$ 177.057,48
TOTAL LOTE 02							R\$ 2.650.506,48
VALOR TOTAL LOTE 01 e 02							R\$ 3.569.410,44

3.5 VALOR TOTAL ESTIMADO: O valor total estimado para a contratação, considerando os quantitativos máximos previstos e a inclusão do BDI, é de R\$ **3.569.410,44 (três milhões, quinhentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e dez reais e quarenta e quatro centavos).**

3.6 A estimativa de preços foi elaborada com base no Sistema de Custos e Orçamentos – SCO/GOINFRA, considerando os valores de mão de obra com encargos, convertidos para custo mensal, com referência à jornada de 44 horas semanais (220 horas mensais), observadas as tabelas vigentes com data-base outubro/2025

3.7. ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS:

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3.7.1. LOTE 1: TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS DE ARTE ESPECIAIS

ITEM 1: AJUDANTE

Executar atividades de apoio geral às frentes de serviço, incluindo: Transporte manual de materiais e ferramenta, organização e limpeza de áreas de trabalho, preparação de insumos, escavações manuais de pequeno porte e auxílio direto a operadores e profissionais especializados.

ITEM 2: ENCARREGADO DE SERVIÇO

- Coordenar e orientar as equipes operacionais, distribuir tarefas, acompanhar a execução dos serviços, controlar frequência dos trabalhadores, zelar pela correta utilização de EPIs, registrar ocorrências e atuar como elo entre a equipe da contratada e a fiscalização do contrato.

ITEM 3: MOTORISTA DE CAMINHÃO

- Conduzir caminhões para transporte de materiais, insumos, equipamentos, ferramentas e resíduos de obras, realizar verificações básicas de funcionamento do veículo e cumprir rotas e orientações da Administração.

ITEM 4: OPERADOR DE EQUIPAMENTO LEVE

- Operar equipamentos leves de apoio às obras, tais como compactadores de solo, betoneiras, roçadeiras motorizadas, motosserras (quando autorizado), placas vibratórias e similares.

ITEM 5: OPERADOR DE EQUIPAMENTO PESADO

- Operar máquinas pesadas destinadas a terraplanagem e pavimentação, tais como retroescavadeira, pá carregadeira, motoniveladora, rolo compactador, escavadeira hidráulica e similares.

3.7.2. LOTE 2: OBRAS CIVIS

ITEM 6: SERVENTE

Executar serviços auxiliares em obras civis, como:

- Preparo de argamassa, transporte de materiais, limpeza de canteiro, demolições manuais simples e apoio a pedreiros e demais profissionais.

ITEM 7: PEDREIRO

- Executar serviços de alvenaria, assentamento de blocos, reboco, contrapiso, concretagem, pequenas estruturas, reparos, reformas e acabamentos em obras e prédios públicos.

ITEM 8: PINTOR

- Executar serviços de pintura interna e externa, preparo de superfícies, aplicação de seladores, massas, texturas e acabamentos diversos.

ITEM 9: MARCENEIRO

- Executar confecção, montagem, manutenção e reparos em peças e estruturas de madeira, incluindo mobiliários simples, esquadrias e formas auxiliares.

ITEM 10: JARDINEIRO

- Realizar manutenção de áreas verdes, poda, roçagem manual, plantio, adubação, irrigação e conservação paisagística de espaços públicos.

ITEM 11: ENCANADOR

- Executar instalação, manutenção e reparos em sistemas hidráulicos, sanitários e pluviais, substituição de tubulações, conexões e dispositivos.

ITEM 12: AZULEJISTA

- Executar assentamento de revestimentos cerâmicos, porcelanatos, pastilhas e similares, incluindo preparo de base, cortes, rejuntas e acabamentos.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ITEM 13: CARPINTEIRO

- Executar montagem e desmontagem de formas de madeira, estruturas auxiliares, escoramentos, além de serviços de carpintaria em geral para apoio às obras civis.

ITEM 14: MESTRE DE OBRAS

- Supervisionar e orientar tecnicamente as equipes de obras civis, interpretar projetos, planejar frentes de serviço, controlar uso de materiais, garantir qualidade da execução, segurança do trabalho e cumprimento dos prazos estabelecidos.

3.8 FORMA, PRAZO E LOCAL

3.8.1 A execução dos serviços poderá iniciar imediatamente após a assinatura da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de Ordem de Serviço pela Administração.

3.8.2 A contratada deverá disponibilizar os profissionais das funções contratadas conforme as necessidades da Secretaria demandante, observadas as ordens de serviço emitidas por servidor formalmente autorizado.

3.8.3 A apresentação dos profissionais deverá ocorrer em prazo não superior a 5 (cinco) dias úteis, salvo prazo diverso definido pela Administração em razão de urgência ou peculiaridade do serviço.

3.8.4 Os serviços objeto da presente contratação destinam-se ao atendimento das demandas de manutenção, conservação e apoio operacional em bens e espaços públicos do Município de Caçu/GO, podendo ser executados, de forma indicativa e não exaustiva, nos seguintes locais:

- Prédios administrativos municipais
- Unidades de saúde
- Unidades escolares, CMEIs e creches
- Praças, parques, jardins e demais áreas verdes
- Cemitérios municipais
- Garagens, pátios, oficinas e almoxarifados
- Vias urbanas, estradas vicinais e obras de infraestrutura
- Demais bens públicos sob responsabilidade da Administração Municipal

3.8.4.1 A relação acima possui caráter meramente exemplificativo, podendo os serviços ser executados em outros locais vinculados ao interesse público municipal, conforme necessidade da Administração e dentro das atribuições de cada função contratada.

3.8.5 Os serviços serão executados de forma PARCELADA E SOB DEMANDA, conforme a necessidade da Administração, mediante solicitação formal que indicará as funções, os quantitativos de profissionais, os locais de atuação e o período estimado de mobilização.

3.8.5.1 Os profissionais poderão ser alocados em diferentes frentes de serviço, unidades ou localidades do Município, conforme planejamento da Administração, respeitadas as atribuições da função e a qualificação exigida.

3.8.5.2 A prestação dos serviços ocorrerá sob gestão administrativa da contratada, cabendo à Administração a fiscalização do contrato e a definição das demandas operacionais, NÃO SE CONFIGURANDO SUBORDINAÇÃO DIRETA NEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO entre os trabalhadores da contratada e o Município.

3.8.5.3 É vedado o desvio de função, devendo cada profissional executar exclusivamente as atividades compatíveis com a função para a qual foi designado.

3.8.6 A jornada de trabalho dos profissionais será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais para os profissionais efetivamente mobilizados, em regime predominantemente diurno, assim distribuída:

- Segunda a sexta-feira: das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00
- Sábado: das 07h00 às 11h00

3.8.6.1 Os horários poderão ser ajustados pela Administração, de forma excepcional e justificada, para atendimento de demandas específicas, respeitada a carga horária semanal, a legislação trabalhista e as normas coletivas da categoria.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

3.8.6.2 Eventuais serviços extraordinários somente poderão ocorrer mediante prévia autorização da Administração e deverão observar a legislação trabalhista, convenções coletivas e os custos previstos na planilha de formação de preços.

3.8.6.3 O controle de frequência dos profissionais será de responsabilidade da contratada, por meio de sistema idôneo de registro de ponto, devendo os relatórios permanecer disponíveis à fiscalização sempre que solicitados.

4. GESTÃO DO CONTRATO/ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O contrato/ata deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e do Decreto, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato/ata, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.5 Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

4.6 A execução do contrato/Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, na forma do Decreto Municipal nº 494 de 2021 e do artigo 117 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.6.1 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com a legislação vigente.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1 A medição dos serviços será realizada com base em critérios objetivos, VEDADA A REMUNERAÇÃO POR MERA DISPONIBILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA OU POR HORA TRABALHADA DESVINCULADA DE ENTREGAS, conforme segue:

a) Serviços de Manutenção Predial e Urbana: Medição por unidade de serviço executado (ex: metro quadrado de pintura, ponto de reparo hidráulico, unidade de esquadria consertada), conforme planilha de quantitativos e preços unitários da proposta da contratada.

b) Serviços de Manutenção de Áreas Verdes: Medição por área (metro quadrado) de serviço realizado (roçagem, poda, etc.), com aferição da qualidade e conformidade com as especificações.

c) Serviços de Terraplenagem, Pavimentação e Tapa-Buracos: Medição por volume (metro cúbico) ou área (metro quadrado) de serviço executado, com verificação das espessuras, materiais e padrões técnicos definidos na Ordem de Serviço.

5.2 O pagamento será efetuado mensalmente, após a medição e o aceite dos serviços pela fiscalização do contrato, mediante apresentação de nota fiscal acompanhada dos relatórios de medição detalhados e das comprovações de regularidade fiscal e trabalhista.

6. DA VIGÊNCIA

6.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da ata de registro de preços podendo ser prorrogado nos termos artigo 84, da lei nº 14.133/21, desde de que comprovada a vantajosidade do preço.

7. PRAZO DE FATURAMENTO E PAGAMENTO

7.1 O pagamento deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias do mês subsequente a prestação do serviço e após o protocolo e aceite da NF no departamento de compras da Prefeitura de Caçu, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

7.1.1 O pagamento será processado com a emissão de ordem de pagamento física ou eletrônica, ou ainda por transferência eletrônica via sistema de internet banking, com assinaturas legais físicas ou eletrônicas dos titulares das contas bancárias.

7.2 Os documentos fiscais deverão, obrigatoriamente, discriminar a prestação do serviço realizada e o período da execução.

7.3 O Contratado deverá emitir a Nota Fiscal/Fatura conforme legislação vigente. Havendo irregularidades na emissão da nota fiscal/fatura, o prazo para pagamento será contado a partir de sua representação devidamente regularizada.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Executar integralmente os serviços contratados, com disponibilização de profissionais nas funções previstas neste Termo de Referência, a partir do início da vigência do Contrato/Ata e conforme as ordens de serviço emitidas pela Administração.

8.2 Disponibilizar profissionais nas funções requisitadas, em quantitativos compatíveis com cada demanda, somente durante o período de mobilização solicitado, não havendo obrigação de manutenção de equipe permanente à disposição do Município.

8.3 Cumprir todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho relativas à execução contratual.

8.4 Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes expedidas pelo Poder Público.

8.5 Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização da Contratante, nos termos constantes do contrato/Ata.

8.6 A Contratada obriga-se a prestar os serviços, nas mesmas condições e com o mesmo desconto, durante todo o prazo de validade do contrato/Ata, no local e na quantidade especificada na Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento correspondente.

8.7 Manter profissional(is) com qualificação e experiência compatíveis com as atividades de cada função, responsabilizando-se pela capacitação necessária à execução dos serviços.

8.8 Obedecer, rigorosamente, durante a execução do contrato/Ata, às normas brasileiras, às normas de segurança e medicina do trabalho, especialmente à NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

8.9 Disponibilizar e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por todos os trabalhadores da Contratada, de acordo com a norma regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e do Emprego - Equipamento de Proteção Individual – EPI.

8.10 Deverá comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento dos serviços, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante, em até 48 (quarenta e oito) horas, antes do prazo previsto para a entrega.

8.11 A inadimplência das obrigações com encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto licitado.

8.12 Arcar com todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo salários, benefícios, encargos sociais, seguros, uniformes, EPIs, deslocamentos, treinamentos e demais despesas operacionais.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.13 Responder integralmente, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer os seus empregados, terceiros ou ao Município de Caçu, em razão de acidentes, de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de execução dos seus serviços.

8.14 Manter durante a execução do Contrato/Ata, todas as condições de habilitação exigidas para contratação na legislação em vigor.

8.15 Responsabilizar-se pela substituição imediata de profissionais em caso de faltas, afastamentos legais, férias ou desligamentos, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços.

8.16 Substituir, no prazo máximo definido pela Administração, qualquer profissional cuja atuação, conduta ou qualificação seja considerada inadequada pela fiscalização, sem ônus adicional ao Município.

8.17 A detentora da Ata/Contrato fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total adjudicada.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Receber e conferir os serviços quando da entrega pela Contratada.

9.2 Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento.

9.3 Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas por ocasião da assinatura do contrato/Ata.

9.4 Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) dos serviços fornecidos pela Contratada para fins de verificação de qualidade.

9.5 Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

9.6 Notificar a Contratada detentora, por escrito, de eventuais anormalidades de qualquer espécie, para prestar os esclarecimentos necessários e determinar prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

9.7 Não aceitar, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária:

01.57.15.122.0630.2.015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

01.57.15.452.0630.2.003 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

01.57.15.452.0630.2.016 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

11. UNIDADE RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO/FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO:

11.1. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS / DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA.

12. RESPONSABILIDADE PELA ELABORAÇÃO DO TR.

12.1 Este Termo de Referência foi elaborado sob a responsabilidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, observando rigorosamente todos os ajustes técnicos e jurídicos necessários,

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

com o objetivo específico de torná-lo plenamente aderente à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa nº 09/2023 do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), ao Decreto Federal nº 11.462/2023, e de evitar apontamentos semelhantes aos consignados no Acórdão nº 06727/2025 do TCM-GO.

12.2 Para tanto, foram implementadas as seguintes medidas:

- a) Caracterização Precisa da Natureza dos Serviços: Definição explícita de que os serviços objeto da contratação são de natureza eventual, intermitente, variável e sazonal, não contínua, justificada por fatores externos impeditivos de previsibilidade, em conformidade com o artigo 3º, V, do Decreto Federal nº 11.462/2023;
- b) Orçamento Técnico Robusto: Elaboração de estimativa de preços com base no Sistema de Custos e Orçamentos da GOINFRA, acrescida de Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) de 25% sobre o custo global, em conformidade com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União (Acórdão 2622/2013-Plenário);
- c) Inclusão de Encargos Complementares: Incorporação explícita de encargos complementares (alimentação, equipamentos de proteção individual, ferramentas, exames médicos e seguros) em todas as funções contratadas, garantindo a cobertura integral dos custos da contratada;
- d) Critérios Objetivos de Medição: Estabelecimento de critérios mensuráveis e desvinculados de mera disponibilização de mão de obra ou hora trabalhada, com medição por unidade de serviço executado, área ou volume, conforme a natureza da atividade;
- e) Proteção contra Subordinação: Inclusão de cláusula explícita estabelecendo que não se configura subordinação direta nem vínculo empregatício entre os trabalhadores da contratada e o Município, com execução sob gestão administrativa da contratada;
- f) Clareza sobre Não-Obrigação de Consumo: Especificação de que a estimativa de quantitativos e valores representa teto máximo orçamentário, não constituindo obrigação de consumo ou contratação integral por parte da Administração;
- g) Justificativa Qualificada do SRP: Fundamentação detalhada sobre a adequação do Sistema de Registro de Preços para serviços eventuais e imprevisíveis, em conformidade com a Instrução Normativa nº 09/2023 do TCM-GO.

12.3 Adicionalmente, os procedimentos e documentos em anexo foram analisados e serviram como paradigma e auxílio para o perfeito embasamento técnico e jurídico deste Termo de Referência, conforme segue:

- a) Edital de Licitação nº 126/2024 do Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO): Edital de Pregão Eletrônico para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra terceirizada, que forneceu modelo de estrutura de edital, critérios de participação e habilitação, procedimentos de apresentação de propostas, requisitos técnicos e jurídicos, cláusulas de proteção contra fraudes e irregularidades, e tratamento de microempresas e empresas de pequeno porte;
- b) Pregão Eletrônico Edital nº 16/2025: Edital de licitação eletrônica que serviu como referência para procedimentos de transparência, publicidade, critérios objetivos de seleção e proteção dos direitos dos licitantes, demonstrando as melhores práticas de licitação pública no Estado de Goiás;
- c) Termo de Referência da GOINFRA (Agência Goiana de Infraestrutura): Documento técnico de referência oficial para orçamentação de serviços de engenharia, que forneceu: especificações técnicas detalhadas de funções e atividades, códigos de funções conforme Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), valores de referência para mão de obra, encargos sociais e complementares, Benefícios e Despesas Indiretas (BDI) conforme jurisprudência do Tribunal de Contas da União, padrões de qualidade e execução, e critérios objetivos de medição e pagamento.

Caçu GO, 02 de fevereiro de 2026.

GERZIEL VIEIRA DA SILVEIRA
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
DECRETOS NºS 005 E 023/2025

ANEXO II - DECLARAÇÃO CONJUNTA

PREGÃO ELETRÔNICO SRP EXE Nº.004/2026

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº. _____, sediada na _____, telefone _____, e-mail _____, por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Eletrônico SRP EXE nº. 004/2026, DECLARA expressamente, sob as penalidades cabíveis, que:

a) não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1998 (Lei nº. 9.854/99);

(b) atende aos requisitos de habilitação e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei (inciso I do Art. 63 da Lei 14.133/2021);

c) detém conhecimento de todas as informações contidas neste edital e em seus anexos, e que a sua proposta atende integralmente aos requisitos constantes do edital;

(d) não incursa nos impedimentos de que trata o artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

e) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; (inciso IV do art. 63 da Lei Federal 14.133/2021);

f) declara de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, (§1º do Art. 63 da Lei Federal nº. 14.133/2021).

_____, ____ de _____ de 2026.

(assinatura do representante legal)

ANEXO III

**MODELO DECLARAÇÃO DE MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL/
MICROEMPRESA/EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

PREGÃO ELETRÔNICO SRP EXE N° 004/2026

DECLARAÇÃO

A (nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, e atesta a aptidão para usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar federal n. 123/06, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4º do artigo 3º da referida Lei.

_____, _____ de _____ de 2026.
(Local), (data)

Representante legal

OBS.: A LICITANTE É RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NESSA DECLARAÇÃO.

- A INVERDADE DAS INFORMAÇÕES NELA CONTIDAS IMPLICARÁ NA IMEDIATA OU INABILITAÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO DA LICITANTE, OU A RESCISÃO CONTRATUAL, SEM PREJUÍZO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS, CIVIS E PENAS CABÍVEIS.

ANEXO IV
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO EXE SRP Nº 004/2026

OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para fornecimento de **mão de obra** em regime de execução indireta, destinada à prestação de serviços de manutenção predial, manutenção urbana, manutenção de áreas verdes, terraplenagem, transporte, pavimentação e operação tapa-buracos, a serem executados de forma eventual, intermitente e sob demanda, em prédios públicos, praças, canteiros centrais, estádio municipal e vias urbanas do Município de Caçu/GO, pelo período de 12 meses.

Proponente: _____
CNPJ: _____
Endereço: _____
Bairro: _____
CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____
Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

LOTE 01 – TERRAPLANAGEM/ PAVIMENTAÇÃO/OBRAS DE ARTES ESPECIAIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD TOTAL PESSOAL	MARCA	VALOR R\$ MÊS	VALOR TOTAL R\$
1	Ajudante	UND	84			
2	Encarregado de Serviço	UND	12			
3	Motorista de Caminhão	UND	12			
4	Operador de Equipamento Leve	UND	12			
5	Operador de Equipamento Pesado	UND	12			
TOTAL LOTE 01						

LOTE 02 – OBRAS CIVIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD TOTAL PESSOAL	MARCA	VALOR R\$ MÊS	VALOR TOTAL R\$
6	Servente	UND	120			
7	Pedreiro	UND	120			
8	Pintor	UND	24			
9	Marceneiro	UND	12			
10	Jardineiro	UND	84			
11	Encanador	UND	12			
12	Azulejista	UND	12			
13	Carpinteiro	UND	12			
14	Mestre de Obras	UND	12			
TOTAL LOTE 02						
VALOR TOTAL LOTE 01 e 02						



DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Total Geral (R\$): _____ ()

Condição de Pagamento: de acordo com o Edital.

Prazo de Entrega: de acordo com o Edital.

Validade da Proposta: de acordo do Edital.

Obs. Nos preços propostos estarão previstos, além do lucro, todos os custos diretos e indiretos relativos ao cumprimento integral do objeto do PREGÃO.

_____, _____ de _____ de 2026.
(Local), (data)

Assinatura do Representante Legal

ANEXO V

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. ____/2026

PREGÃO ELETRÔNICO EXE SRP Nº 004/2026

Em ____ de _____ de 2026, o MUNICÍPIO DE CAÇU, ESTADO DE GOIÁS, inscrito no CNPJ sob o n. 01.164.292/0001-60, com endereço na Rua Manoel Franco, nº 695, Bairro Morada dos Sonhos, a seguir denominado CONTRATANTE neste ato representado pelo seu Gestor Municipal Sr. _____, brasileiro, _____, CPF nº. _____, RG nº. _____, residente e domiciliado à Rua _____, nº. _____, Bairro: _____, CEP 75.813-000, Caçu/GO, por força de delegação contida no Decreto Municipal nº 494/2021, nos termos da Lei n. 14.133/2021, observadas, ainda, as disposições do Edital do Pregão Eletrônico EXE nº 004/2026, do tipo menor preço por LOTE, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no pregão, resolve registrar os preços da empresa abaixo citada, de acordo com o item disputado e a classificação por ela alcançada, observadas as condições do Edital que integram este instrumento de registro, mediante as condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para fornecimento de **mão de obra** em regime de execução indireta, destinada à prestação de serviços de manutenção predial, manutenção urbana, manutenção de áreas verdes, terraplenagem, transporte, pavimentação e operação tapa-buracos, a serem executados de forma eventual, intermitente e sob demanda, em prédios públicos, praças, canteiros centrais, estádio municipal e vias urbanas do Município de Caçu/GO, pelo período de 12 meses, parte integrante do Edital de Licitação do Pregão Eletrônico SRP EXE n. 004/2026.

1.2. Este instrumento não obriga o Município a adquirir os itens nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para contratação de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS

2.1. O preço unitário para os serviços/objetos registro será o de **MENOR PREÇO POR LOTE** inscrito na ata do Pregão Eletrônico SRP EXE 004/2026, de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas de que integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR:

_____, com sede na _____, em _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. _____, neste ato representada por seu _____, Sr(a). _____, residente em _____, portador da Carteira de Identidade n.º _____, CPF n.º _____;

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

LOTE 01 – TERRAPLANAGEM/ PAVIMENTAÇÃO/OBRAS DE ARTES ESPECIAIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD TOTAL PESSOAL	MARCA	VALOR R\$ MÊS	VALOR TOTAL R\$
1	Ajudante	UND	84			
2	Encarregado de Serviço	UND	12			
3	Motorista de Caminhão	UND	12			
4	Operador de Equipamento Leve	UND	12			
5	Operador de Equipamento Pesado	UND	12			
TOTAL LOTE 01						

LOTE 02 – OBRAS CIVIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD TOTAL PESSOAL	MARCA	VALOR R\$ MÊS	VALOR TOTAL R\$
6	Servente	UND	120			
7	Pedreiro	UND	120			
8	Pintor	UND	24			
9	Marceneiro	UND	12			
10	Jardineiro	UND	84			
11	Encanador	UND	12			
12	Azulejista	UND	12			
13	Carpinteiro	UND	12			
14	Mestre de Obras	UND	12			
TOTAL LOTE 02						
VALOR TOTAL LOTE 01 e 02						

2.1.1. Dá-se a presente ata o valor de R\$_____ (_____).

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis pelo prazo de 12 (doze) meses.

2.3. Durante a vigência da Ata de Registro de Preço, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses previstas no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, devidamente comprovada, ou quando os preços praticados no mercado sofrerem redução.

2.3.1. Mesmo comprovada hipótese prevista no item supracitado, a Administração, quando conveniente, poderá optar por cancelar o registro e iniciar outro processo licitatório.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura da ata de registro de preços podendo ser prorrogado nos termos artigo 84, da lei nº 14.133/21, desde de que comprovada a vantajosidade do preço.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

CLÁUSULA QUARTA - DO GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 494, de 2021.

4.2. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

4.2.1. **GESTOR DA ATA:** HAROLDO ANDRÉ BERNARDES.

4.2.2. **FISCAL DA ATA:** PATRICIA QUELEM SANTOS DE PAULA.

4.2.3. A existência da fiscalização não eximirá a Contratada de nenhuma responsabilidade civil ou penal quanto aos seus atos para o fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete à Contratante:

5.1.1. Receber e conferir os serviços quando da entrega pela Contratada.

5.1.2. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento.

5.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas por ocasião da assinatura do contrato/Ata.

5.1.4. Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) dos serviços fornecidos pela Contratada para fins de verificação de qualidade.

5.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

5.1.6. Notificar a Contratada detentora, por escrito, de eventuais anormalidades de qualquer espécie, para prestar os esclarecimentos necessários e determinar prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

5.1.7. Não aceitar, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

5.2. Compete ao Fornecedor:

5.2.1. Executar integralmente os serviços contratados, com disponibilização de profissionais nas funções previstas neste Termo de Referência, a partir do início da vigência do Contrato/Ata e conforme as ordens de serviço emitidas pela Administração.

5.2.2. Disponibilizar profissionais nas funções requisitadas, em quantitativos compatíveis com cada demanda, somente durante o período de mobilização solicitado, não havendo obrigação de manutenção de equipe permanente à disposição do Município.

5.2.3. Cumprir todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho relativas à execução contratual.

5.2.4. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes expedidas pelo Poder Público.

5.2.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização da Contratante, nos termos constantes do contrato/Ata.

5.2.6. A Contratada obriga-se a prestar os serviços, nas mesmas condições e com o mesmo desconto, durante todo o prazo de validade do contrato/Ata, no local e na quantidade especificada na Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento correspondente.

5.2.7. Manter profissional(is) com qualificação e experiência compatíveis com as atividades de cada função, responsabilizando-se pela capacitação necessária à execução dos serviços.

5.2.8. Obedecer, rigorosamente, durante a execução do contrato/Ata, às normas brasileiras, às normas de segurança e medicina do trabalho, especialmente à NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

5.2.9. Disponibilizar e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por todos os trabalhadores da Contratada, de acordo com a norma regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e do Emprego - Equipamento de Proteção Individual – EPI.

5.2.10. Deverá comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento dos serviços, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante, em até 48 (quarenta e oito) horas, antes do prazo previsto para a entrega.

5.2.11. A inadimplência das obrigações com encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto licitado.

5.2.12. Arcar com todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo salários, benefícios, encargos sociais, seguros, uniformes, EPIs, deslocamentos, treinamentos e demais despesas operacionais.

5.2.13. Responder integralmente, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer os seus empregados, terceiros ou ao Município de Caçu, em razão de acidentes, de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de execução dos seus serviços.

5.2.14. Manter durante a execução do Contrato/Ata, todas as condições de habilitação exigidas para contratação na legislação em vigor.

5.2.15. Responsabilizar-se pela substituição imediata de profissionais em caso de faltas, afastamentos legais, férias ou desligamentos, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços.

5.2.16. Substituir, no prazo máximo definido pela Administração, qualquer profissional cuja atuação, conduta ou qualificação seja considerada inadequada pela fiscalização, sem ônus adicional ao Município.

5.2.17. A detentora da Ata/Contrato fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total adjudicada.

5.2.18. Outras obrigações constantes do termo de referência.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser cancelados automaticamente por decurso do prazo de vigência, quando não restarem prestadores.

6.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada por iniciativa da CONTRATANTE no caso de ocorrer a utilização total dos itens da ata e quando o prestador:

- a) não cumprir as condições da Ata a que estiver vinculado;
- b) não retirar a respectiva nota de empenho e ou não formalizar o contrato decorrente do registro de preços, no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de apresentar preço superior ao praticado no mercado;
- d) mediante requerimento, deferido pela Administração Pública, comprovar a impossibilidade do cumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo das penalidades previstas no Edital e da responsabilização por eventuais perdas e danos;
- e) enquadrar-se nas hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste, decorrente do registro de preços estabelecido no art. 156 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021;

6.3. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.2 desta cláusula será precedido de prévio contraditório e ampla defesa ao interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou da publicação.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

6.4. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovado e justificado:

- a) por razão de interesse público;
- b) a pedido do prestador.

6.6. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública será de competência exclusiva da autoridade máxima do Município de Caçu/GO, facultada a ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorrido o prazo de sanção mínima de 2 (dois) anos.

6.7. O cancelamento do registro do fornecedor deverá ser autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da ARP, que indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSINATURA E UTILIZAÇÃO DA ATA

7.1. O prazo para a retirada da nota de empenho e assinatura da Ata será de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

7.2. Os quantitativos de serviços serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e observarão obrigatoriamente os valores registrados na Ata de Registro de Preços.

7.3. A ata de Registro de Preços será utilizada pelo Município de Caçu/GO.

7.3.1 Serão permitidas adesões à Ata de Registro de Preços, nos termos do item 3 do Instrumento Editalício e em conformidade com o Decreto nº 494, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.1. A entrega e aceitação do objeto serão realizadas pelos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Instrumento Contratual e deverão obedecer ao disposto no Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias do mês subsequente a prestação do serviço, contados a partir da apresentação da nota fiscal que deverá ser eletrônica e indicar o número do banco, agência e conta corrente, para emissão da respectiva ordem bancária de pagamento e ser o protocolada no departamento de compras da Prefeitura de Caçu.

9.2. A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos Negativa, relativas a débitos previdenciários, além do CRF do FGTS, todos atualizados.

9.2.1. Não incidirão juros de mora ou correção monetária se a Contratada der causa para que o pagamento não possa ser realizado pela Administração.

9.2.2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, esses serão restituídos a licitante vencedora para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

9.4. Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

9.5. Qualquer erro ou omissão, ocorridos na documentação fiscal enquanto não solucionado pela CONTRATADA ensejará a suspensão do pagamento.

9.6. A Prefeitura Municipal de Caçu- GO reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes do presente procedimento serão acobertadas pela seguinte dotação orçamentária, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observadas as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95 da Lei n. 14.133/2021.

01.57.15.122.0630.2.015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

01.57.15.452.0630.2.003 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

01.57.15.452.0630.2.016 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. A recusa injustificada do adjudicatário em entregar o objeto, após a Ordem de Serviços, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Caçu caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

11.2. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso/recusa, até o decimo dia, na entrega do material/produto/serviços, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega de material/produto encaminhada pela Administração;

11.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de mora por inexecução parcial do objeto contrato, recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação oficial;

11.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inadimplência total;

11.2.5. Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Município de Caçu, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

11.2.6. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

11.2.7. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo determinado no art. 156, da lei nº 14.133/21 - 03 (três) até 06 (seis) anos;

11.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

11.3. A aplicação das penalidades previstas nessa cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Caçu.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

12.1.1. Vinculam-se a esta Ata os termos do Edital PREGÃO ELETRÔNICO EXE SRP nº 004/2026 e seus anexos, bem como as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores.

12.1.2. É vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira sem prévia e expressa autorização do Município.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12.1.3. O edital do Pregão Eletrônico SRP EXE nº 004/2026 integra a presente ata, independentemente de transcrição, para que sejam dirimidas quaisquer dúvidas e ou interpretações.

12.1.4. Esta Ata de Registro de Preços é regida Lei 14.133/2021, demais legislações pertinentes e pelos princípios gerais de direito.

12.1.5. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata de Registro de Preços, ainda que a expiração do prazo de execução do objeto licitado ocorra após seu vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EFICÁCIA

13.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato da Ata de Registro de Preços que será disponibilizada no Portal da Transparência do sítio eletrônico e placar do Município de Caçu/GO.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Caçu/GO para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata em uma única via de igual teor e forma.

Município de Caçu/ GO
HAROLDO ANDRÉ BERNARDES
Gestor do EXECUTIVO
CONTRATANTE

EMPRESA *****
CNPJ Nº. *****
CONTRATADA

Testemunhas:

1ª _____
CPF:

2ª _____
CPF:

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO EXE Nº. ____/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAÇU/GO, COM A EMPRESA *****, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE **MÃO DE OBRA**.

O **MUNICÍPIO DE CAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 01.164.292/0001-60, com sede da prefeitura localizado na Rua Manoel Franco, nº 695, Bairro Morada dos Sonhos, em Caçu/GO, a seguir denominado **CONTRATANTE** neste ato representado pelo seu Gestor Municipal Sr. *****, brasileiro, *****, CPF nº. *****, RG nº. *****, residente e domiciliado à Rua *****, nº. *****, Bairro: *****, CEP 75.813-000, Caçu/GO e a empresa *****, CNPJ nº *****, com sede à *****, nº *****, Bairro *****, CEP *****, Cidade *****, neste instrumento representado por seu representante legal *****, portador do CPF *****, RG *****, domiciliado e residente à *****, nº *****, em *****/**/, doravante denominada **CONTRATADA**, celebram o presente contrato de fornecimento decorrente do **Pregão Eletrônico SRP EXE nº 004/2026**, do tipo menor preço por LOTE em conformidade com o disposto na Lei 14.133/2021, e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, observadas as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de **mão de obra** em regime de execução indireta, destinada à prestação de serviços de manutenção predial, manutenção urbana, manutenção de áreas verdes, terraplenagem, transporte, pavimentação e operação tapa-buracos, a serem executados de forma eventual, intermitente e sob demanda, em prédios públicos, praças, canteiros centrais, estádio municipal e vias urbanas do Município de Caçu/GO, do Edital do Pregão Eletrônico SRP EXE nº 004/2026 e da Proposta da Contratada.

LOTE 01 – TERRAPLANAGEM/ PAVIMENTAÇÃO/OBRAS DE ARTES ESPECIAIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD TOTAL PESSOAL	MARCA	VALOR R\$ MÊS	VALOR TOTAL R\$
1	Ajudante	UND	84			
2	Encarregado de Serviço	UND	12			
3	Motorista de Caminhão	UND	12			
4	Operador de Equipamento Leve	UND	12			
5	Operador de Equipamento Pesado	UND	12			
TOTAL LOTE 01						

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

LOTE 02 – OBRAS CIVIS						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND	QTD TOTAL PESSOAL	MARCA	VALOR R\$ MÊS	VALOR TOTAL R\$
6	Servente	UND	120			
7	Pedreiro	UND	120			
8	Pintor	UND	24			
9	Marceneiro	UND	12			
10	Jardineiro	UND	84			
11	Encanador	UND	12			
12	Azulejista	UND	12			
13	Carpinteiro	UND	12			
14	Mestre de Obras	UND	12			
TOTAL LOTE 02						
VALOR TOTAL LOTE 01 e 02						

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 A vigência deste instrumento contratual será à partir da data de sua assinatura pelo período de 12 meses.

CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO

3. Dá-se ao presente contrato o valor de R\$_____ (_____).

3.1. O Contratante se reserva o direito de aumentar ou diminuir o quantitativo dos itens adquiridos no valor correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor deste contrato, referido nesta Cláusula, através da formalização de Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias do mês subsequente a prestação do serviço e após o protocolo e aceite da NF no departamento de compras da Prefeitura de Caçu, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

4.2. A Nota Fiscal apresentada deverá estar acompanhada da Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com efeitos Negativa, relativas a débitos previdenciários, além do CRF do FGTS, todos atualizados.

4.2.1. Não incidirão juros de mora ou correção monetária se a Contratada der causa para que o pagamento não possa ser realizado pela Administração.

4.2.2. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal, esses serão restituídos a licitante vencedora para as correções necessárias, não respondendo a Prefeitura por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do respectivo pagamento.

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação de qualquer obrigação que lhe tenha sido imposta, em decorrência de penalidade ou inadimplemento, sem que isso gere direito a qualquer compensação.

4.4. Fica ressalvada qualquer alteração por parte do Município, quanto às normas referentes ao pagamento de fornecedores.

4.5. O pagamento ocorrerá somente com a entrega total de todos os produtos constantes na Ordem de Fornecimento.

4.6. Qualquer erro ou omissão, ocorridos na documentação fiscal enquanto não solucionado pela CONTRATADA ensejará a suspensão do pagamento.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

4.7. A Prefeitura Municipal de Caçu- GO reserva-se o direito de descontar do pagamento devido à Licitante vencedora, os valores correspondentes às multas que eventualmente forem aplicadas por descumprimento de cláusulas constantes da contratação.

CLÁUSULA QUINTA - DA MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

5.1. Ocorrendo desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, em face dos aumentos de custo que não possam, por vedação legal, ser refletidos através de reajuste ou revisão de preços básicos, as partes, de comum acordo, com base no artigo 124 da Lei nº 14.133/2021, buscarão uma solução para a questão. Durante as negociações, o fornecedor contratado em hipótese alguma poderá paralisar o fornecimento.

5.2. O reequilíbrio será precedido de solicitação do contratado, acompanhado de demonstração analítica da variação dos custos.

5.3. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de fato que eleve o custo do bem registrado, cabendo ao gestor de contrato e ao fiscal promoverem as negociações junto aos fornecedores.

5.4. Quando o preço registrado se tornar, por motivo superveniente, superior ao preço praticado no mercado, o gestor de contrato e fiscal convocarão os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.5. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o gestor de contrato e o fiscal poderão: I – liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e sem a aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; II – convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.5.1. Não havendo êxito nas negociações, o gestor de contrato e o fiscal deverão requerer a revogação do instrumento legal, caso em que se adotará as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PRAZOS E DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E FORNECIMENTO

6.1. Compromete-se a contratada a fornecer o objeto a ser entregue de acordo com a requisição do Departamento competente, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme termo de referência.

6.2. As despesas as quais por ventura poderão ocorrer, serão por conta exclusiva do fornecedor.

6.3. A entrega e aceitação do objeto serão realizadas pelos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Instrumento Contratual e deverão obedecer ao disposto do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

7.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA:

7.1.1. Executar integralmente os serviços contratados, com disponibilização de profissionais nas funções previstas neste Termo de Referência, a partir do início da vigência do Contrato/Ata e conforme as ordens de serviço emitidas pela Administração.

7.1.2. Disponibilizar profissionais nas funções requisitadas, em quantitativos compatíveis com cada demanda, somente durante o período de mobilização solicitado, não havendo obrigação de manutenção de equipe permanente à disposição do Município.

7.1.3. Cumprir todas as obrigações legais, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, ambientais e de segurança do trabalho relativas à execução contratual.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

7.1.4. Zelar e garantir a boa qualidade do fornecimento dos serviços, em consonância com os parâmetros de qualidade fixados e exigidos pelas normas técnicas pertinentes expedidas pelo Poder Público.

7.1.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela fiscalização da Contratante, nos termos constantes do contrato/Ata.

7.1.6. A Contratada obriga-se a prestar os serviços, nas mesmas condições e com o mesmo desconto, durante todo o prazo de validade do contrato/Ata, no local e na quantidade especificada na Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento correspondente.

7.1.7. Manter profissional(is) com qualificação e experiência compatíveis com as atividades de cada função, responsabilizando-se pela capacitação necessária à execução dos serviços.

7.1.8. Obedecer, rigorosamente, durante a execução do contrato/Ata, às normas brasileiras, às normas de segurança e medicina do trabalho, especialmente à NR 18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.

7.1.9. Disponibilizar e fiscalizar o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) por todos os trabalhadores da Contratada, de acordo com a norma regulamentadora nº 6 do Ministério do Trabalho e do Emprego - Equipamento de Proteção Individual – EPI.

7.1.10. Deverá comunicar a ocorrência de qualquer anormalidade de caráter urgente que impossibilite o cumprimento dos serviços, tão logo esta seja verificada, e prestar os esclarecimentos que julgar necessários à Contratante, em até 48 (quarenta e oito) horas, antes do prazo previsto para a entrega.

7.1.11. A inadimplência das obrigações com encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto licitado.

7.1.12. Arcar com todos os custos necessários à execução dos serviços, incluindo salários, benefícios, encargos sociais, seguros, uniformes, EPIs, deslocamentos, treinamentos e demais despesas operacionais.

7.1.13. Responder integralmente, civil e penalmente, por quaisquer danos, de qualquer natureza, que venham a sofrer os seus empregados, terceiros ou ao Município de Caçu, em razão de acidentes, de ação ou omissão, dolosa ou culposa, de prepostos da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do ato de execução dos seus serviços.

7.1.14. Manter durante a execução do Contrato/Ata, todas as condições de habilitação exigidas para contratação na legislação em vigor.

7.1.15. Responsabilizar-se pela substituição imediata de profissionais em caso de faltas, afastamentos legais, férias ou desligamentos, de modo a não comprometer a continuidade dos serviços.

7.1.16. Substituir, no prazo máximo definido pela Administração, qualquer profissional cuja atuação, conduta ou qualificação seja considerada inadequada pela fiscalização, sem ônus adicional ao Município.

7.1.17. A detentora da Ata/Contrato fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade total adjudicada.

7.1.18. Outras obrigações constantes do termo de referência do Edital PE SRP EXE nº. 004/2026 e seus anexos.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

8.1. Será de responsabilidade do CONTRATANTE:

8.1.1. Receber e conferir os serviços quando da entrega pela Contratada.

8.1.2. Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido neste Instrumento.

8.1.3. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições assumidas por ocasião da assinatura do contrato/Ata.

8.1.4. Proceder, sempre que julgar necessário, a análise (teste de qualidade) dos serviços fornecidos pela Contratada para fins de verificação de qualidade.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

8.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço entregue em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada.

8.1.6. Notificar a Contratada detentora, por escrito, de eventuais anormalidades de qualquer espécie, para prestar os esclarecimentos necessários e determinar prazo para a correção das irregularidades ou defeitos encontrados.

8.1.7. Não aceitar, sob nenhum pretexto, a transferência da responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros.

CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS FISCAIS

9. Todos e quaisquer ônus fiscais, oriundos de qualquer área de competência tributária que incidam ou venham a incidir sobre o presente contrato serão de exclusiva responsabilidade da Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

10.1. O contrato ou instrumento equivalente oriundo desta contratação terão como responsáveis:

10.1.1. GESTOR DO CONTRATO: _____.

10.1.2. Compete ao gestor do contrato acima identificado exercer a administração do contrato, com atribuições voltadas para o controle das questões documentais da contratação, quais sejam, verificar se os recursos estão sendo empenhados conforme as respectivas dotações orçamentárias, acompanhar o prazo de vigência do contrato, verificar a necessidade e possibilidade da renovação/prorrogação, bem como estudar a viabilidade de realização de reequilíbrio econômico-financeiro e da celebração dos respectivos termos aditivos, etc.

10.2. FISCAL DO CONTRATO: _____.

10.2.1. Compete ao fiscal do contrato acima identificado exercer a verificação concreta do objeto, devendo o servidor designado verificar a qualidade e procedência da prestação do objeto respectivo, encaminhar informações ao gestor do contrato, atestar documentos fiscais, exercer o relacionamento necessário com a contratada, dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, etc.

10.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.3. A Gestão e Fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SUBCONTRATAÇÃO

11.1. O fornecimento que constitui objeto do presente contrato não poderá ser subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

12.1. A recusa injustificada do adjudicatário em entregar o objeto, após a Ordem de Serviços, dentro do prazo estabelecido pela Prefeitura Municipal de Caçu caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

12.2. Sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis nos termos da lei civil, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções administrativas:

12.2.1. Advertência;

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

12.2.2. Multa de 1% (um por cento) por dia de atraso/recusa, até o decimo dia, na entrega do material/produto/serviços, incidente sobre a quantidade que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação de entrega de material/produto encaminhada pela Administração;

12.2.3. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de mora por inexecução parcial do objeto contrato, recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contado da comunicação oficial;

12.2.4. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato no caso de inadimplência total;

12.2.5. Suspensão temporária da faculdade de licitar e impedimento de contratar com o Município de Caçu, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

12.2.6. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

12.2.7. Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo determinado no art. 156, da lei nº 14.133/21 - 03 (três) até 06 (seis) anos;

12.2.8. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, nos termos da lei.

12.4 A aplicação das penalidades previstas nessa cláusula é de competência exclusiva da Prefeitura Municipal de Caçu.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO

13.1. A rescisão do presente contrato terá lugar de pleno direito, independente de ação ou interpelação judicial, se a Contratada:

a) falir ou dissolver-se;

b) transferir, no todo ou em parte, o contrato e os direitos dele decorrentes;

c) entregar o objeto, com atraso superior ao prazo fixado na Ordem de Serviços;

d) tornar-se inadimplente com relação a qualquer das condições do contrato;

e) O conhecimento de infrações à Legislação Trabalhista por parte da Contratada;

f) Razões de interesse público ou na ocorrência das hipóteses do art. 137 da Lei 14.133/2021;

g) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

13.2. O Contratante poderá a qualquer tempo alterar ou rescindir o presente contrato no interesse do serviço e na conveniência da Administração Pública, não cabendo à contratada direito a qualquer indenização, salvo os pagamentos referentes ao item já entregue.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas decorrentes desta licitação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

01.57.15.122.0630.2.015 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

01.57.15.452.0630.2.003 - MANUTENÇÃO DE PRAÇAS, PARQUES E JARDINS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

01.57.15.452.0630.2.016 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS

3.3.90.37.00 - LOCAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

15.1. O presente contrato é regido pela Lei 14.133/2021, e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, bem como pelas cláusulas e condições constantes do Edital do Pregão Eletrônico SRP EXE nº 004/2026.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Para dirimir quaisquer questões porventura decorrentes deste contrato, elegem as partes o foro da Comarca de Caçu/GO, renunciando desde já a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, mandaram imprimir o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Caçu/GO, _____ de _____ de 2026.

Município de Caçu/ XXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Gestor do XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

EMPRESA *****
CNPJ Nº. *****
CONTRATADA

Testemunhas:

1ª _____ 2ª _____
CPF: _____ CPF: _____